

Angelina
Colombo
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Angelina Colombo Participações S.A.
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Angelina Colombo Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Angelina Colombo Participações S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRG 2SP-027666/F



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Angelina Colombo Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	2	1	799.609	369.454	Fornecedores	19	-	-	145.412	198.624
Contas a receber	10	-	-	93.368	80.865	Empréstimos e financiamentos	20	-	-	454.194	323.025
Estoques	11	-	-	171.668	154.581	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	55.815	52.262
Ativo biológico	13	-	-	419.496	312.126	Parcerias agrícolas a pagar	21	-	-	144.915	125.149
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	35.282	100.525	Arrendamentos a pagar	21	-	-	13.988	15.613
Impostos a recuperar	14	-	-	12.404	74.600	Impostos e contribuições a recolher	22	-	-	25.929	19.357
Dividendos a Receber	16	99.763	52.887	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	-	-	29.106	28.898
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	1.901	66.892	Salários e encargos a recolher	-	-	-	24.787	26.914
Outros ativos	-	-	-	3.314	3.258	Adiantamentos de clientes	-	-	-	6.087	7.028
Total do ativo circulante		99.765	52.888	1.537.042	1.162.301	Dividendos a pagar	24	98.910	3.243	100.739	4.258
Não circulante						Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	25.338	60.965	Outras obrigações	-	-	-	22	28.408
Impostos a recuperar	14	-	-	14.378	40.782	Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.188.521	1.142.755
Depósitos judiciais	15	-	-	21.885	10.718	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	16.884	21.188
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	50	350	Parcerias agrícolas a pagar	21	-	-	351.300	341.529
Total do realizável a longo prazo		-	-	61.651	112.815	Arrendamentos a pagar	21	-	-	37.951	34.697
Investimentos	16	1.782.397	1.446.526	7	-	Provisão para demandas judiciais	23	-	-	36.710	10.339
Outros investimentos	-	-	-	161	160	Passivo fiscal diferido	27	-	-	185.017	198.242
Direito de uso	17	-	-	677.614	672.128	Total do passivo não circulante		-	-	1.816.405	1.777.158
Imobilizado	18	-	-	2.423.640	2.189.313	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		1.782.397	1.446.526	3.101.422	2.861.601	Capital social	24	1.465.011	1.334.610	1.465.011	1.334.610
Total do ativo		1.882.162	1.499.414	4.700.115	4.136.717	Reserva legal	-	21.506	683	21.506	683
						Reserva de lucros	-	296.733	160.878	296.733	160.878
						Total do patrimônio líquido		1.783.250	1.496.171	1.783.250	1.496.171
						Participação de não controladores		-	-	32.661	26.469
						Total do patrimônio líquido		1.783.250	1.496.171	1.815.911	1.522.640
						Total do passivo		98.912	3.243	2.884.204	2.614.077
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.882.162	1.499.414	4.700.115	4.136.717

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 10 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	28	-	-	1.996.027	375.964
Varição do valor justo de ativos biológicos	13	-	-	157.824	(92.705)
Custo dos produtos vendidos	29	-	-	(1.110.168)	(266.836)
Lucro bruto		-	-	1.043.683	16.423
Despesas com vendas	29	-	-	(107.943)	(20.414)
Despesas administrativas e gerais	29	-	-	(67.430)	(20.939)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	10	-	-	3.156	-
Outras receitas operacionais, líquidas	30	-	-	4.887	14.605
		-	-	876.353	(10.325)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		-	-	876.353	(10.325)
Receitas financeiras	31	-	-	143.403	164.621
Despesas financeiras	31	-	-	(406.245)	(128.233)
		-	-	-	-
Resultado financeiro líquido		-	-	(262.842)	36.388
Resultado de equivalencia patrimonial	16	416.464	13.654	-	-
Resultado antes dos impostos		416.464	13.654	613.511	26.063
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	13.225	28.071
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	(204.080)	(40.230)
		-	-	(190.855)	(12.159)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(190.855)	(12.159)
Lucro líquido do período		416.464	13.654	422.656	13.904
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				416.464	13.654
Acionistas não controladores da Companhia				6.192	250

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 10 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do período	416.464	13.654	422.656	13.904
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>416.464</u>	<u>13.654</u>	<u>422.656</u>	<u>13.904</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia			416.464	13.654
Acionistas não controladores da Companhia			<u>6.192</u>	<u>250</u>
			<u>422.656</u>	<u>13.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 10 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Total
Saldos em 10 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-
Valor patrimonial da ações conferidas ao capital conforme Laudo de avaliação	1.334.610	-	-	-	1.334.610	1.360.829
Variação do valor patrimonial das ações (entre a data do Laudo e data do aporte)	-	-	-	151.150	151.150	151.150
Resultado do período	-	-	-	13.654	13.654	13.904
Reserva Legal	-	683	-	(683)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.243)	(3.243)	(3.243)
Reserva para retenção de lucros	-	-	160.878	(160.878)	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	1.334.610	683	160.878	-	1.496.171	1.522.640
Incorporação CGC Seguradora - nota 1.1	641	-	-	-	641	641
Aumento de capital com reservas	129.755	-	(129.755)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(31.121)	-	(31.121)	(31.121)
Aporte de Capital Energeticas - nota 1.2	5	-	-	-	5	5
Resultado do exercício	-	-	-	416.464	416.464	422.656
Reserva Legal	-	20.823	-	(20.823)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(98.910)	(98.910)	(98.910)
Reserva para retenção de lucros	-	-	296.731	(296.731)	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	1.465.011	21.506	296.733	-	1.783.250	1.815.911

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 10 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do período		416.464	13.654	422.656	13.904
Ajustes para:					
Depreciação	29	-	-	30.766	13.016
Provisão/reversão para contingências, líquidas	23	-	-	16.513	2.705
Amortização de entressafra	29	-	-	98.077	-
Amortização de direito de uso	29	-	-	195.795	-
Redução decorrente de colheita (trato)	29	-	-	313.809	7.616
Resultado na venda de ativo imobilizado	30	-	-	(1.942)	-
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	26	-	-	153.394	(42.690)
Juros de empréstimos e financiamentos	20	-	-	77.188	32.097
Juros de parcerias e arrendamentos	21	-	-	33.400	8.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	(13.225)	(28.071)
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	203.440	40.230
Resultado na equivalência patrimonial	16	(416.464)	(13.654)	-	-
Provisão estimada para perdas com créditos	10	-	-	(3.156)	-
Valor justo do ativo biológico	13	-	-	(157.824)	92.705
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	(13.186)	61.317
Estoques		-	-	12.962	207.593
Adiantamentos a fornecedores		-	-	65.543	68.576
Impostos a recuperar		-	-	(4.564)	14.080
Outros ativos		-	-	207	2.047
Depósitos judiciais e outros		-	-	(1.309)	-
Fornecedores		-	-	(49.373)	(54.180)
Impostos e contribuições a recolher		-	-	91.704	(10.795)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	29.106	-
Salários e encargos a recolher		-	-	(2.127)	7.110
Adiantamentos de clientes		-	-	(941)	2.633
Outras obrigações		-	1	6.673	17.522
Caixa gerado pelas atividades operacionais		-	1	1.503.586	456.280
Juros pagos sobre empréstimos		-	-	(84.923)	(10.596)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas		-	-	(28.619)	(4.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(224.307)	(27.725)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		-	1	1.165.737	413.645
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	18	-	-	(196.763)	(71.603)
Dividendos recebidos		34.370	-	-	-
Aporte de capital em controladas		(5)	-	-	-
Recebimento por venda de imobilizado		-	-	4.408	-
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	18	-	-	(187.262)	(76.238)
Investimentos em ativo biológico - tratos culturais	13	-	-	(265.379)	(47.624)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		34.365	-	(644.996)	(195.465)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	20	-	-	885.287	45.000
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(34.364)	-	(37.206)	(16.802)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	20	-	-	(700.617)	(56.661)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	21	-	-	(184.522)	(45.082)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	26	-	-	(53.528)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(34.364)	-	(90.586)	(73.545)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1	1	430.155	144.635
Demonstração (da redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	9	1	-	369.454	224.819
No fim do período	9	2	1	799.609	369.454
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1	1	430.155	144.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Angelina Colombo Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, na Estrada Ariranha a Catanduva, s/nº, Bairro Moreira, CEP: 15960-000, Sala 1 e tem como principal objetivo ser a *holding* de entidades não financeiras, que em conjunto com suas controladas é denominada Grupo Colombo. As entidades pertencentes ao grupo estão detalhadas na nota 2.

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 2019. Nesta data os acionistas da Companhia contribuíram com 100% das ações, a valores contábeis, de sua propriedade da Colombo Agroindústria S.A. e da João Colombo Agrícola S.A. para o aumento de capital da Companhia. Estas transações entre acionistas controladores, estão fora do escopo do CPC 15.

O exercício social do Grupo se encerra em 31 de março de cada ano.

1.1 Aporte de capital social com a participação societária da CGC seguradora

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 9 de julho de 2020, foi efetivado o aporte de capital na Companhia mediante a concessão de cotas de participação da empresa C.G.C. Administradora e Corretora de Seguros LTDA., mensuradas a valor contábil referente ao seu balanço patrimonial de 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 641, a qual passou a integrar o grupo econômico da Companhia.

1.2 Aporte de capital Colombo Bioenergia UTE

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de julho de 2020, foi efetivado o aporte de capital na Companhia mediante a criação de 4 unidades cogeneradoras de energia elétrica denominadas Colombo Bioenergia UTE 1 localizada em Ariranha - SP, Colombo Bioenergia UTE 2 localizada em Ariranha - SP, Colombo Bioenergia UTE 3 localizada em Palestina - SP e Colombo Bioenergia UTE 4 localizada em Santa Albertina – SP, ou “UTE’s”, seguindo o processo de reestruturação operacional do Grupo iniciada na safra anterior.

Visando organizar as atividades desenvolvidas pelas empresas controladas e organizar os ativos do Grupo também procedeu com a cisão parcial da controlada Colombo Agroindústria S.A. e seus ativos de cogeração e posterior versão desses às UTE’s. Com exceção dos R\$ 5 de capital mínimo aportado nas UTE’s, a movimentação de cisão e incorporação de ativos ocorridas nas controladas não gerou variações nas contas de investimento ou patrimônio líquido da Companhia, visto que tal movimento ocorreu 100% entre as controladas. Essa movimentação entre controladas está demonstrada na nota 16.

1.3 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Com o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19,) foram instituídas em diversos países, medidas preventivas de isolamento social, com o objetivo de reduzir a disseminação do vírus. O Grupo, preocupado em garantir o bem-estar a saúde e a integridade de seus colaboradores, bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, implementou um plano de contingência com várias ações em todos os seus setores mantendo

contato próximo com autoridades, fornecedores, clientes e demais partes interessadas nas atividades do Grupo, além de promover ações sociais nas comunidades às quais suas unidades estão instaladas.

A totalidade dos impactos da Covid-19, em todas as operações do Grupo, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa são altamente incertos, por dependerem de diversos elementos futuros que não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras. Neste contexto, apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia na mitigação dos impactos da pandemia em todos os aspectos de sua operação.

(i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras do Grupo, foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o pressuposto de continuidade operacional de todos os seus negócios.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários

O Grupo, avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que não há indicativos de redução dos valores contábeis, visto que o valor em uso é significativamente superior ao seu valor contábil; também não houve mudanças significativas na base tributável dos principais tributos e não há limite prescricional para compensação dos créditos tributários, além disso, não houve mudanças relevantes nas projeções de lucros tributáveis futuros.

(iii) Estimativa de perdas com créditos

O Grupo avalia de forma constante os limites de crédito e o risco de *default* junto aos seus clientes. Nesse período de pandemia não foi identificado questões relevantes de inadimplência e/ou dificuldades financeiras de seus clientes, o que faz com que a Companhia mantenha sua premissa de estimativa de perdas esperadas com créditos.

(iv) Redução ao valor realizável dos estoques

O Grupo, calculou o custo médio dos estoques para avaliar a realização destes estoques com base no preços disponíveis na data destas demonstrações financeiras. Mesmo com a baixa demanda pelo etanol, não foram identificados custos superiores ao valor recuperável deste produto. Para garantir melhores preços em período de baixa oferta, o Grupo investiu na construção de dois tanques de armazenagem a fim de maximizar o valor agregado deste produto. Quanto ao açúcar, no segmento de atacado e varejo, o valor do produto tem aumentado, sobretudo pela maior demanda doméstica.

(v) Liquidez

O Grupo, antes mesmo do início da pandemia, já mantinha a estratégia de gerenciamento financeiro de sua liquidez, através da manutenção do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Nesta safra o Grupo aprimou seus controles financeiros e estão atualizando suas projeções semanalmente para garantir que o caixa não seja impactado de forma relevante.

(vi) Capex

O Grupo prevê, inicialmente, manter apenas os investimentos necessários para a manutenção de suas atividades agrícolas, além da construção de dois tanques de armazenagem de etanol, com o intuito estratégico de dispor deste produto durante o período de baixa oferta a melhores preços.

(vii) Arrendamentos

Até a data destas demonstrações financeiras não houve alteração nos contratos celebrados com parceiros agrícolas, os prazos e preços estão mantidos conforme acordado. Logo, os valores registrados no direito de uso e no passivo de arrendamento não sofreram qualquer alteração em consequência dos impactos do Covid-19.

(viii) Compromissos contratuais

Até o momento não há execução nem contra e nem a favor da Companhia em relação aos seus contratos, mantendo-se a previsão de continuidade de todos os compromissos anteriormente firmados.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme segue:

	2021	2020
Controladas diretas:		
Colombo Agroindústria S.A.	98,2%	98,2%
João Colombo Agrícola S.A.	98,2%	98,2%
Colombo Bioenergia S.A (UTE1)	98,2%	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE2)	98,2%	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE3)	98,2%	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE4)	98,2%	-
CGC – Administradora e corretora de seguros LTDA.	98,2%	-

A Colombo Agroindústria S.A. (“Colombo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objetivo principal a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e produtos relacionados. Além da produção própria, a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos também é adquirida de terceiros. Esta Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

A João Colombo Agrícola S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras do Grupo Colombo e a parceria agrícola com a coligada Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar para o Grupo.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE1) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica do Grupo Colombo. Em 31 março de 2021 esta controlada encontra-se na sua fase pré-operacional.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE2) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica do Grupo Colombo. Em 31 de março de 2021 esta controlada encontra-se na sua fase pré-operacional.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE3) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Palestina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia

tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica do Grupo Colombo. Em 31 de março de 2021 esta controlada encontra-se na sua fase pré-operacional.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE4) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica do Grupo Colombo. Em 31 de março de 2021 esta controlada encontra-se na sua fase pré-operacional.

A CGC – Administradora e corretora de seguros é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta Companhia tem como objetivo principal a gestão dos seguros do Grupo Colombo.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração do Grupo, em 23 de junho de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 27 - Ativos e passivos fiscais diferidos:**
O Grupo reconhece provisões para situações que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado; e
- **Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.**
O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade; e
- **Nota explicativa nº 17 e 21 - Arrendamentos e parcerias a pagar e Direito de uso:**
determinação do prazo do arrendamento: se o Grupo têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação e determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 18 - análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;**
- **Nota explicativa nº 23 - provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.**

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

As alterações ao CPC 15, sobre definição de um negócio e alterações ao CPC 48, 38 e 40 sobre a Reforma da taxa de juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020 não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

8 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre entidades da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre entidades da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as entidades; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. No caso do Grupo, essa transferência de controle ocorre geralmente quando da entrega dos produtos nos clientes (no caso da venda de açúcar), ou na retirada do produto nas unidades industriais da Companhia (no caso da venda de etanol).

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo, compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- descontos obtidos;
- instrumentos derivativos;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos

fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para as controladas, para os CPCs, foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, sendo classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O Grupo realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos como despesas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edificações	1,67%
Benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos e instalações	5,00%
Veículos leves	10,00%
Veículos pesados	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%
Aeronaves	6,67%
Equipamentos de informática	33,33%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber, outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo, se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
--	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado.

(v) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O Grupo não possui ações preferenciais.

i. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito do Grupo, sem recorrer a ações; ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não

tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se o Grupo têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

l. Direito de uso, parcerias e arrendamentos a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única que corresponde a taxa incremental calculada com base nas captações de empréstimos do Grupo e que leva em consideração o prazo e risco dos arrendamentos.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

O Grupo não concluiu a avaliação sobre o impacto das seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração do CPC 06);
- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15); e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no ativo, passivo, resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	2	1	31.515	1.588
Aplicações financeiras			<u>768.094</u>	<u>367.866</u>
Total	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>799.609</u>	<u>369.454</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 100 % a 104,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 26.

10 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Contas a receber - Mercado interno	98.749	94.485
Contas a receber - Mercado Externo	5.083	-
(-) Provisão perda esperada	<u>(10.464)</u>	<u>(13.620)</u>
	<u>93.368</u>	<u>80.865</u>

Contas a receber são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Representado substancialmente por saldos a receber referentes à venda de açúcar e etanol no mercado interno. A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota explicativa nº 26.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Valores a vencer	83.535	79.493
Vencidos		
Até 30 dias	7.605	3.464
De 31 a 60 dias	7	89
De 61 a 90 dias	10	487
De 91 a 180 dias	181	1.591
De 181 a 360 dias	359	310
Acima de 360 dias	<u>12.135</u>	<u>9.051</u>
Total vencidos	<u>20.296</u>	<u>14.992</u>
Total	<u><u>103.831</u></u>	<u><u>94.485</u></u>

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes é assim apresentada:

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Saldo inicial	(13.619)	(3.930)
Complemento de provisão	<u>3.156</u>	<u>(9.689)</u>
	<u><u>(10.463)</u></u>	<u><u>(13.620)</u></u>

Na avaliação da administração o montante de R\$ 10.463 em 31 de março de 2021 (R\$ 13.620 em 31 de março de 2020), representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

11 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Açúcar	7.473	29.256
Etanol	39.679	19.995
Almoxarifado	<u>124.516</u>	<u>105.330</u>
Total	<u><u>171.668</u></u>	<u><u>154.581</u></u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução ao valor de realização.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Adiantamentos a fornecedores de cana-terceiros		5.475	80.079
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços		29.807	20.446
Adiantamentos a fornecedores de cana-partes relacionadas	32	50	350
Total		35.332	100.875
Circulante		35.282	100.525
Não circulante		50	350

13 Ativo biológico

A controlada da Companhia, Colombo Agroindústria S.A. adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	Consolidado
Saldo em 10 de dezembro de 2019	-
Aquisição de ativo biológico da Cia Agrícola Colombo	323.449
Aumento devido às novas plantações - Trato	88.998
Redução decorrente de colheita – Trato (sem efeito caixa)	(7.616)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(92.705)
Saldo em 31 de março de 2020	312.126
Aumento devido às novas plantações - Trato	265.379
Redução decorrente de colheita – Trato (sem efeito caixa)	(315.833)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	157.824
Saldo em 31 de março de 2021	419.496

Cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Consolidado	
	2021	2020
Área estimada de colheita (hectares)	117.042	119.196
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	78,58	83,83
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,05	136,55
Valor do Kg de ATR - (R\$)	0,96	0,70

Em 31 de março de 2021 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 4,48% ao ano (5,49% em 31 de março de 2020).

Análise de sensibilidade

O Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 58.607. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 43.783.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Nesta safra, as condições climáticas causaram uma redução de 7,75% na produtividade da lavoura impactando diretamente no volume de cana disponível para colheita em relação a safra anterior. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que geralmente encontram-se mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

14 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2021	2020
ICMS (i)	2.488	64.592
PIS e COFINS (ii)	16.901	40.105
IRPJ e CSLL (iii)	289	7.908
Outros	7.104	2.777
Total	26.782	115.382
Circulante	12.404	74.600
Não circulante	14.378	40.782

(i) ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48 e por créditos apurados na aquisição de insumos agrícolas e industriais, sobretudo combustíveis, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(ii) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS. Esses créditos poderão ser compensados com outros tributos federais.

(iii) **IRPJ e CSLL**

O saldo é composto por valores recolhidos por estimativa no exercício anterior e que foram compensados na safra atual.

Em outubro de 2018 o Grupo obteve êxito, com trânsito em julgado, na ação interposta contra a União, onde pleiteava-se a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A referida ação foi iniciada no ano de 2008, tendo seus efeitos retroativos até o ano de 2003. O pedido de compensação do crédito foi objeto de homologação via procedimento administrativo perante à Superintendência da Receita Federal do Brasil no mês de março de 2020. Desde então, o Grupo vem compensando o saldo do crédito via PER/DCOMP.

15 Depósitos judiciais

	Consolidado	
	2021	2020
IPI sobre vendas de açúcar (i)	11.523	11.523
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	(9.858)
Trabalhistas e Cíveis	<u>10.362</u>	<u>9.053</u>
Total	<u><u>21.885</u></u>	<u><u>10.718</u></u>

Em 31 de março de 2020 os depósitos judiciais de IPI eram apresentados líquidos da provisão para perdas das ações correspondentes.

- (i) Refere-se a depósitos judiciais do IPI sobre o açúcar no período de julho de 2007 a março de 2009 pelo fato do Grupo considerar a inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A Grupo reconheceu o passivo correspondente.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo correspondente ao processo do IPI foi baixado tendo em vista o trânsito em julgado da decisão proferida nos autos que suspendeu definitivamente a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente a o Grupo está na fase de resgate dos respectivos depósitos judiciais.

16 Investimento

a. Movimentação dos investimentos

As movimentações patrimoniais das controladas nos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2021 são:

	Colombo Agroindústria S.A.	Companhia Agrícola Colombo	João Colombo Agrícola S.A.	UTE 1	UTE 2	UTE 3	UTE 4	CGC	Total
Saldo Inicial dos investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com investimentos	1.241.192	242.400	1	-	-	-	-	-	1.483.593
Incorporação (Cisão) entre controladas	(37.679)	(242.400)	280.080	-	-	-	-	-	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.781	-	873	-	-	-	-	-	13.654
Dividendos mínimos obrigatórios	(50.517)	-	(203)	-	-	-	-	-	(50.720)
Saldo em 31 de março de 2020	1.165.776	-	280.750	-	-	-	-	-	1.446.526
Aporte de capital com dividendos	16.966	-	-	-	-	-	-	-	16.966
Distribuição de dividendos	-	-	(611)	-	-	-	-	-	(611)
Cisão/Incorporações Parcial(is)	(89.616)	-	38.823	24.438	3.941	5.033	17.381	-	-
Aumento de capital	-	-	-	1	1	1	1	641	646
Resultado de equivalência patrimonial	395.864	-	19.896	(143)	(53)	(29)	(34)	963	416.464
Outros movimentos de equivalência patrimonial	2.169	-	-	-	-	-	-	-	2.169
Dividendos mínimos obrigatórios	(94.530)	-	(4.725)	-	-	-	-	(506)	(99.761)
Saldo em 31 de março de 2021	1.396.629	-	334.131	24.297	3.889	5.005	17.348	1.098	1.782.397

Informações de controladas

Em 31 de março de 2021	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas (i)	Custos e despesas (i)	Resultado (i)	Efeito no resultado da controladora
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Colombo Agroindústria S.A.	1.519.535	2.731.818	1.076.429	1.752.705	1.422.219	1.994.806	1.589.480	405.326	395.864
João Colombo Agrícola S.A.	20.542	425.522	5.050	100.758	340.256	21.134	875	20.259	19.896
Colombo Bioenergia S.A. UTE 1	1	26.204	145	1.318	24.742	-	145	(145)	(143)
Colombo Bioenergia S.A. UTE 2	1	4.382	54	369	3.960	-	54	(54)	(53)
Colombo Bioenergia S.A. UTE 3	1	5.496	29	371	5.097	-	29	(29)	(29)
Colombo Bioenergia S.A. UTE 4	1	19.425	35	1.725	17.666	-	35	(35)	(34)
CGC	1.711	7	578	22	1.118	1.221	239	982	963
					1.815.058	2.017.161	1.590.857	426.304	416.464

(i) As informações patrimoniais e financeiras das investidas compreendem o período de 01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021 (Exercício social destas companhias).

17 Direito de uso (Consolidado)

	Consolidado		
	Arrendamentos agrícolas	Parcerias Agrícolas	2021
Custo ou avaliação:			Total
Adoção Inicial (CPC 06 (R2))	52.932	591.097	644.029
Adições novos contratos - sem efeito caixa	-	6.071	6.071
Baixa de Contratos – sem efeito caixa	-	-	-
Remensuração de contratos – sem efeito caixa	2.154	19.874	22.028
Amortização	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	55.086	617.042	672.128
Adições novos contratos - sem efeito caixa	11.783	84.796	96.579
Baixa de Contratos – sem efeito caixa	-	-	-
Remensuração de contratos – sem efeito caixa	8.911	105.417	114.328
Amortização	(21.277)	(184.144)	(205.421)
Saldo em 31 de março de 2021	54.503	623.111	677.614

Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas passaram a atender as definições de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2020, no caso específico da Controlada Colombo Agroindústria, pela incorporação das atividades da antiga coligada Companhia Agrícola Colombo. Antes da incorporação os contratos eram detidos por esta Companhia e estes não se enquadravam nas premissas do normativo CPC 06(R2), visto que a Companhia Agrícola Colombo detinha o direito de uso e acesso à terra mas não realizava nenhum pagamento ao parceiro.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias. Logo, não há amortização no período compreendido entre janeiro e março, período que não há produção industrial.

O Prazo médio de amortização dos contratos de arrendamento os quais estão vinculados com esses direitos de uso é de aproximadamente 7 safras a contar da adoção inicial do CPC 06 (R2).

18 Imobilizado (Consolidado)

Custo					Consolidado
	2020	Adição	Baixas	Transf.	2021
Terras	430.197	-	-	-	430.197
Edifícios e benfeitorias	107.785	203	-	826	105.464
Móveis e utensílios	7.501	175	-	2	7.678
Veículos	259.434	6.180	(4.704)	-	260.910
Máquinas e implementos agrícolas	176.768	7.294	(3.256)	-	180.806
Máquinas, equipamentos e instalações	910.528	1.881	(1.033)	46.498	928.090
Equipamentos de informática	13.030	697	-	-	13.727
Manutenção de entressafra	99.213	118.395	-	-	217.610
Imobilizado em andamento	29.205	27.325	(16)	(47.269)	8.439
Lavouras de cana	992.590	187.262	-	-	1.179.852
Outras imobilizações	13.712	1.876	(12.686)	(57)	2.842
Adiantamento Imobilizado	-	32.745	-	-	32.745
Total	3.039.963	384.033	(21.695)	-	3.402.301
Depreciação					
Edifícios e benfeitorias	(28.001)	(1.836)	-	-	(29.837)
Móveis e utensílios	(4.850)	(306)	-	-	(5.156)
Veículos	(199.303)	(7.570)	3.822	5	(203.046)
Máquinas e implementos agrícolas	(89.756)	(11.996)	2.604	-	(99.148)
Máquinas, equipamentos e instalações	(508.137)	(26.934)	382	(5)	(534.694)
Equipamentos de informática	(8.180)	(523)	-	-	(8.703)
Outras imobilizações	(12.422)	-	12.422	-	-
Manutenção de entressafra	-	(98.077)	-	-	(98.077)
Total	(850.649)	(147.242)	19230	-	(978.661)

Imobilizado líquido

	2021	2020
Terras	430.197	430.197
Edifícios e benfeitorias	78.977	79.784
Móveis e utensílios	2.522	2.651
Veículos	57.864	60.131
Máquinas e implementos agrícolas	81.658	87.012
Máquinas, equipamentos e instalações	423.180	402.391
Equipamentos de informática	5.024	4.850
Manutenção de entressafra	119.531	99.213
Imobilizado em andamento	9.245	29.205
Lavouras de cana	1.179.852	992.591
Outras imobilizações	2.845	1.289
Adiantamento Imobilizado	32.745	-
Total	2.423.640	2.189.314

Angelina Colombo Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2021*

	Consolidado				
Custo	Saldo no início da consolidação	Adição	Baixas	Transf.	2020
Terras	430.197	-	-	-	430.197
Edifícios e benfeitorias	107.440	50	-	295	107.785
Móveis e utensílios	7.373	128	-	-	7.501
Veículos	258.455	1.006	(27)	-	259.434
Máquinas e implementos agrícolas	176.768	-	-	-	176.768
Máquinas, equipamentos e instalações	908.633	753	-	1.142	910.528
Equipamentos de informática	12.798	232	-	-	13.030
Manutenção de entressafra	34.246	64.967	-	-	99.213
Imobilizado em andamento	26.864	3.778	-	(1.437)	29.205
Lavouras de cana	916.352	76.239	-	-	992.591
Outras imobilizações	13.021	690	-	-	13.711
Total	2.892.147	147.843	(27)	0	3.039.963
Depreciação	Saldo no início da consolidação	Adição	Baixas	Transf.	2020
Terras	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	(27.541)	(460)	-	-	(28.001)
Móveis e utensílios	(4.763)	(87)	-	-	(4.850)
Veículos	(197.213)	(2.117)	27	-	(199.303)
Máquinas e implementos agrícolas	(86.616)	(3.140)	-	-	(89.756)
Máquinas, equipamentos e instalações	(501.022)	(7.115)	-	-	(508.137)
Equipamentos de informática	(8.081)	(99)	-	-	(8.180)
Manutenção de entressafra	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Lavouras de cana	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	(12.422)	-	-	-	(12.422)
Total	(837.658)	(13.018)	27	-	(850.649)
Imobilizado líquido					2020
Terras					430.197
Edifícios e benfeitorias					79.784
Móveis e utensílios					2.651
Veículos					60.131
Máquinas e implementos agrícolas					87.012
Máquinas, equipamentos e instalações					402.391
Equipamentos de informática					4.850
Manutenção de entressafra					99.212
Imobilizado em andamento					29.205
Lavouras de cana					992.590
Outras imobilizações					1.290
Total					2.189.313

a. Bens dados em garantia

O Grupo cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, cujos saldos estão descritos a seguir:

Descrição	Valor líquido
Máquinas, equipamentos e instalações	21.640
Veículos	3.050
	<u>24.690</u>

Além disso, 13,1 mil hectares de terras de propriedade do Grupo foram cedidas em garantia de operações de crédito.

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

O Grupo efetua anualmente análise de recuperabilidade do ativo imobilizado a fim de identificar possíveis indicadores de perda. Em 31 de março 2021 o Grupo não identificou indicadores de perda do valor recuperável no ativo imobilizado.

19 Fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores de bens e serviços	87.409	76.963
Fornecedores de cana de açúcar	58.003	121.661
	<u> </u>	<u> </u>
Total	<u>145.412</u>	<u>198.624</u>

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. O Grupo avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março 2021 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição do Grupo a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na Nota explicativa nº 26.

20 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo circulante		
Finame	20.986	25.117
Capital de Giro	320.932	219.914
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA	20.308	77.994
Debêntures	91.322	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	646	-
	<u>454.194</u>	<u>323.025</u>
Passivo não circulante		
Finame	32.487	54.294
Capital de Giro	529.869	698.228
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA	70.000	390.233
Debêntures	208.774	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	347.391	-
	<u>1.188.521</u>	<u>1.142.755</u>
Total	<u>1.642.715</u>	<u>1.465.780</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2021	2020
2021	-	371.460
2022	398.748	342.762
2023	209.738	209.803
2024	167.953	167.953
2025	223.494	44.281
2026	188.588	6.496
	<u>1.188.521</u>	<u>1.142.755</u>

Garantias ou avais e fianças concedidas

As garantias oferecidas pelo Grupo por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Garantia	Modalidade	Valor
Aval, AFiduciária de Ativo Imobilizado	Finame	53.473
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Capital de Giro	850.800
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	CDCA	90.308
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Debêntures	300.096
Aval PJ	CRA	348.037

O Grupo possui cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras, sendo as seguintes:

Apresentar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes índices:

- Índice de liquidez corrente;
- Dívida líquida/EBITDA;
- Dívida líquida/PL;
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

Em 31 de março de 2021 estes indicadores foram integralmente atendidos e todas as cláusulas restritivas cumpridas.

Movimentação dos empréstimos

31 de março de 2021

Banco	Saldo inicial	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Saldo final
Capital de Giro	918.142	178.457	50.027	(244.169)	(51.657)	850.800
CRA	-	346.874	1.163	-	-	348.037
Debentures	-	359.956	16.283	(61.192)	(14.950)	300.096
CDCA	468.227	-	4.014	(369.956)	(11.977)	90.308
FINAME	79.411	-	5.701	(25.300)	(6.339)	53.473
Total	1.465.780	885.287	77.188	(700.617)	(84.923)	1.642.715

31 de março de 2020

Banco	Saldo inicial	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Acervo da Cia Agricola	Saldo final
Capital de Giro	289.608	314.122	58.345	(215.183)	(53.705)	524.955	918.142
CDCA	450.149	116.900	35.094	(98.115)	(35.801)	-	468.227
FINAME	25.626	3.143	4.273	(25.361)	(4.656)	76.386	79.411
Total	765.383	434.165	97.712	(338.659)	(94.162)	601.341	1.465.780

Termos e cronograma de amortização da dívida (Consolidado)

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2021		2020	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + (1,69% a 3,40%) a.a.	7,74%	De 2021 a 2025	643.551	643.029	694.650	599.537
Capital de giro	R\$	Taxa Pré (3,65% a 8,37%) a.a.	7,92%	De 2021 a 2026	149.597	149.949	145.995	122.269
Capital de giro	USD	Libor + 1,70%	6,84%	De 2021 a 2022	57.648	53.723	77.423	72.410
Debêntures	R\$	CDI + 2,05 a.a.	7,82%	De 2025 a 2025	300.096	299.785	468.301	381.451
Finame	R\$	Taxa Pré (2,50% a 10,50%) a.a.	7,78%	De 2021 a 2025	30.157	30.174	46.392	39.986
Finame	R\$	TJLP/365 + (4,60% a 6,00%) a.a.	6,48%	De 2021 a 2022	1.712	1.710	8.652	8.337
Finame	R\$	TLP + (6,27% a 7,22%) a.a.	13,07%	De 2020 a 2027	18.773	17.630	20.840	15.675
Finame	R\$	TJLP + (2,70% a 6,00%) a.a.	9,05%	De 2021 a 2022	2.834	2.842	3.338	3.035
Finame	R\$	Selic + 6,40%	12,04%	De 2020 a 2021	-	-	189	135
CDCA	R\$	CDI + 1,75% a.a.	4,50%	De 2025 a 2025	90.308	90.124	-	-
CRA	R\$	IPCA + 4,4474%	12,67%	De 2026 a 2027	348.037	304.709	-	-
Total					1.642.715	1.593.676	1.465.780	1.242.834

21 Passivo de arrendamento (Consolidado)

			2021
	Arrendament os agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Movimentação do passivo de arrendamento			
Adoção Inicial - (CPC 06 R2)	52.933	473.708	526.641
Adição de novos contratos (sem efeito caixa)	-	6.071	6.071
Remensuração do contrato (sem efeito caixa)	2.154	19.874	22.028
Pagamento principal	(5.210)	(37.093)	(42.303)
Pagamento juros	(453)	(3.861)	(4.314)
Atualização de juros	886	7.980	8.866
	<u>50.310</u>	<u>466.678</u>	<u>516.988</u>
Adição de novos contratos (sem efeito caixa)	11.783	84.796	96.579
Remensuração do contrato (sem efeito caixa)	8.911	105.417	114.328
Pagamento principal	(19.523)	(164.999)	(184.522)
Pagamento juros	(2.541)	(26.078)	(28.619)
atualização de juros	2.999	30.401	33.400
Saldo 31/03/2021	<u>51.939</u>	<u>496.215</u>	<u>548.154</u>
Circulante	<u>(13.988)</u>	<u>(144.915)</u>	<u>(158.903)</u>
Não Circulante	<u>(37.951)</u>	<u>(351.300)</u>	<u>(389.251)</u>
			31/03/2021
Exercícios	Valor Futuro	Valor Presente	
2021	142.462	128.391	
2022	162.796	139.551	
2023	134.970	109.336	
2024	89.693	68.620	
2025	61.120	44.179	
2026	33.296	22.727	
2027	28.655	18.476	
A partir de 2028	36.125	16.874	
	<u>689.116</u>	<u>548.154</u>	

22 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2021	2020
IRRF e CSLL	1.088	882
ICMS	14.751	870
INSS	7.468	7.508
FGTS	1.320	3.573
PIS e COFINS	436	5.419
Outros	866	1.106
Total	25.929	19.358

23 Provisões para demandas judiciais

A movimentação das contingências acima apresentadas ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo Inicial	20.197	10.779
Adições - saldo de incorporação da Companhia Agrícola Colombo	-	6.334
Adições no exercício (nota 30)	26.371	3.084
Reversões no exercício (nota 30)	(9.858)	-
Saldo Final	36.710	20.197
(-) depósito judicial IPI	-	(9.858)
Saldo de contingências líquido dos depósitos	36.710	10.339

O Grupo ainda possuem contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis no montante estimado em R\$ 27.653 (R\$ 3.371 em 2020). Os assessores jurídicos estimam ser risco possível ou remoto a probabilidade de perda na defesa apresentada, não tendo sido constituído, desta forma, provisão, conforme práticas contábeis. A administração apoiada pelos seus assessores jurídicos e em recentes decisões, reavaliou as probabilidades de perda para determinadas demandas trabalhistas, e realizou o complemento de provisão no montante de R\$ 36.710.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, e periculosidade e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 21.198
Ambiental	Autos de infração ambiental de diversas naturezas (queima de cana, queima de áreas de preservação permanente, entre outras) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 1.013.
Cível e Administrativos	Processos cíveis e administrativos de diversas naturezas, (danos morais e materiais por acidentes de trânsito, Autos de infração de trânsito e questionamentos de obrigações contratuais), no montante de R\$ 5.442.

24 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado por 1.334.610.040 em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sem alteração dos beneficiários finais de cada companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de julho de 2020 os acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de R\$ 129.755, sem emissão de novas ações e mediante a capitalização da Reserva de Retenção de lucros, e de R\$ 641 mediante aporte de participação acionária na empresa CGC – Administradora e Corretora de Seguros LTDA, além do aporte de R\$ 5 referente ao capital mínimo necessário para abertura das UTEs, conforme nota 1.2.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício		
Reserva Legal	20.823	683
	20.823	683

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de julho de 2020 os acionistas ratificaram a destinação de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 31.121 apurados no exercício encerrado em 31 de março de 2020

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	416.464	13.654
(-) Reserva legal	(20.823)	(683)
	395.641	12.971
Percentual sobre o lucro líquido	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	98.910	3.243

25 Gerenciamento do capital (Consolidado)

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos	1.642.715	1.465.780
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(799.609)</u>	<u>(369.454)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>843.106</u>	<u>1.096.328</u>
Total do patrimônio líquido (B)	1.815.915	1.522.640
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,46	0,72

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2021	Consolidado							
		Valor contábil			Valor justo			
	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	27.239	-	27.239	-	27.239	-	27.239
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	799.609	799.609				
Contas a receber	10	-	93.368	93.368				
Outros ativos		-	3.314	3.314				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	72.699	-	72.699	-	72.699	-	72.699
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	19	-	145.412	145.412				
Outras obrigações		-	66.827	66.827				
Dividendos a pagar			100.735	100.735				
Parceria agrícola a pagar	21		496.215	496.215				
Arrendamento a pagar	21		51.939	51.939				
Empréstimos e financiamentos	20	-	1.642.715	1.642.715	-	1.603.900	-	1.603.900

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2021

31 de março de 2020

		Valor contábil			Valor justo			Consolidado
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativo e Passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	127.857	-	127.857	-	127.857	-	127.857
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	369.454	369.454	-	-	-	-
Contas a receber	10	-	80.865	80.865	-	-	-	-
Outros ativos		-	3.258	3.258	-	-	-	-
Depósitos judiciais e outros	15	-	10.718	10.718	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos		73.450	-	73.450	-	73.450	-	73.450
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	19	-	198.624	198.624	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	35.791	35.791	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	4.258	4.258	-	-	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	21	-	466.678	466.678	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	21	-	50.310	50.310	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	1.465.780	1.465.780	-	1.242.834	-	1.242.834

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas no período.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional (não auditado).

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do grupo de clientes e em títulos de investimentos.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega do Grupo ser oferecidos. A análise do Grupo inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, e esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pelo Grupo somente poderão operar

com o Grupo em base de pagamentos antecipados.

Contas a receber de clientes e outros ativos são relacionadas principalmente aos clientes de atacado do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

			Consolidado
	Nota	2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	799.609	369.454
Contas a receber	10	93.368	80.865
Outros ativos		3.314	3.258
Instrumentos financeiros derivativos		<u>27.239</u>	<u>127.857</u>
		<u>923.530</u>	<u>581.434</u>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2021	Consolidado 2020
Fornecedores e outras contas a pagar	19	212.261	262.823
Empréstimos e financiamentos	20	1.642.715	1.465.780
Dividendos a pagar		100.739	-
Instrumentos financeiros derivativos		72.699	73.450
Parcerias agrícolas a pagar	21	496.215	466.678
Arrendamentos a pagar	21	51.939	50.310
Total		2.576.568	2.319.041
Passivo circulante		981.890	750.464
Passivo não circulante		1.594.678	1.568.577

Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pelo Grupo em 31 de março de 2021.

A previsão de fluxo de caixa do Grupo monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida do Grupo e o cumprimento de suas metas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Consolidado Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	145.412	145.412	145.412			
Empréstimos e financiamentos	1.642.715	2.520.505	468.058	866.806	1.185.641	-
Dividendos a pagar	100.739	100.739	100.739			
Instrumentos financeiros derivativos	72.699	72.699	55.815	16.884		
Parcerias agrícolas a pagar	496.215	579.103	152.608	183.999	175.725	66.771
Arrendamentos a pagar	51.939	58.700	15.214	16.325	14.149	13.012
Outras contas a pagar	66.849	66.849	66.827	22	-	-
31 de março de 2020						
Passivos						
Fornecedores	198.624	198.624	198.624			
Empréstimos e financiamentos	1.465.780	1.509.131	366.376	371.460	764.799	6.496
Dividendos a pagar	4.212	4.212	4.212			
Instrumentos financeiros derivativos	73.450	73.450	52.262	21.188		
Parcerias agrícolas a pagar	466.678	571.965	152.437	217.577	164.951	37.000
Arrendamentos a pagar	50.310	50.310	50.310			
Outras contas a pagar	64.199	64.199	35.791	15.899	11.261	1.248

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas : R\$.

Exposição a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	Notas	2021	Consolidado 2020
Contas a receber	10	5.082	-
Empréstimos e financiamentos	20	57.648	77.423

Análise de sensibilidade - Risco de moeda

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

31 de março de 2021		Consolidado			
Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	57.648	14.412	28.824	(14.412)	(28.824)
<hr/>					
31 de março de 2020		Consolidado			
Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	77.423	19.356	38.712	(19.356)	(38.712)
<hr/>					

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas com as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa .

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Notas	Consolidado	
		2021	2020
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	9	768.094	367.866
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	20	1.642.715	1.465.780

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, a administração efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

31 de março de 2021

	Valor	Risco	Consolidado					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
Instrumento			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	768.094	CDI	5,50%	42.245	6,88%	52.806	8,25%	63.368
Passivos financeiros								
Finame	4.547	TJLP	6,65%	(302)	8,31%	(378)	9,98%	(454)
Finame	18.773	TLP	7,44%	(1.397)	9,30%	(1.746)	11,16%	(2.095)
Capital de giro	643.501	CDI	5,50%	(35.393)	6,88%	(44.241)	8,25%	(53.089)
Capital de giro	57.648	Libor	0,28%	(163)	0,35%	(204)	0,42%	(245)
CDCA	90.308	CDI	5,50%	(4.967)	6,88%	(6.209)	8,25%	(7.450)
Debêntures	300.096	CDI	5,50%	(16.505)	6,88%	(20.632)	8,25%	(24.758)
CRA	359.716	IPCA	5,38%	(19.353)	6,73%	(24.191)	8,07%	(29.029)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(35.835)</u>		<u>(44.793)</u>		<u>(53.752)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(8.959)</u>		<u>(17.917)</u>

31 de março de 2020

	Valor	Risco	Consolidado					
			Cenários					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
Instrumento			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	367.866	CDI	3,40%	12.507	4,25%	15.634	5,10%	18.761
Passivos financeiros								
Finame	11.990	TJLP	4,94%	(592)	6,18%	(740)	7,41%	(888)
Finame	20.840	TLP	4,92%	(1.025)	6,15%	(1.282)	7,38%	(1.538)
Finame	189	SELIC	3,50%	(7)	4,38%	(8)	5,25%	(10)
Capital de giro	1.172.364	CDI	3,40%	(39.860)	4,25%	(49.825)	5,10%	(59.791)
Capital de giro	77.423	Libor	1,00%	(774)	1,25%	(968)	1,50%	(1.161)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(29.751)</u>		<u>(37.189)</u>		<u>(44.627)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(7.438)</u>		<u>(14.876)</u>

Fonte: as informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e a TJLP retirado da Receita Federal, todas essas com a data-base do último dia útil dos meses apresentados.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

	Valor	Risco	Consolidado					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
Instrumento			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	768.094	CDI	5,50%	(42.245)	4,13%	(52.806)	2,75%	(63.368)
Passivos financeiros								
Finame	4.547	TJLP	6,65%	302	4,99%	378	3,33%	454
Finame	18.773	TLP	7,44%	1.397	5,58%	1.746	3,72%	2.095
Capital de giro	643.501	CDI	5,50%	35.393	4,13%	44.241	2,75%	53.089
Capital de giro	57.648	Libor	0,28%	163	0,21%	204	0,14%	245
CDCA	90.308	CDI	5,50%	4.967	4,13%	6.209	2,75%	7.450
Debêntures	300.096	CDI	5,50%	16.505	4,13%	20.632	2,75%	24.758
CRA	359.716	IPCA	5,38%	19.353	4,04%	24.191	2,69%	29.029
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>35.835</u>		<u>44.793</u>		<u>53.752</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>8.959</u>		<u>17.917</u>

Fonte: as informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e a TJLP retirado da Receita Federal, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2019.

31 de março de 2020

	Valor	Risco	Consolidado					
			Cenários					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
Instrumento			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	367.866	CDI	3,40%	(12.507)	2,55%	(9.381)	1,70%	(6.254)
Passivos financeiros								
Finame	11.990	TJLP	4,94%	592	3,71%	444	2,47%	296
Finame	20.840	TLP	4,92%	1.025	3,69%	769	2,46%	513
Finame	189	SELIC	3,50%	7	2,63%	5	1,75%	3
Capital de giro	1.172.364	CDI	3,40%	39.860	2,55%	29.895	1,70%	19.930
Capital de giro	77.423	Libor	1,00%	774	0,75%	581	0,50%	387
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>29.751</u>		<u>22.314</u>		<u>14.876</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>7.438</u>		<u>14.876</u>

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo possui uma operação de empréstimo no montante de US\$ 20.000 que é impactada pela variação de moeda estrangeira e juros.

O Grupo gerencia esse risco através de instrumento financeiro derivativo (*Swap* e *NDF - Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2021, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)
NDF	Itaú	04/03/2021	01/02/2022	18.187	2510,60 a 2539,30	622
NDF	Bradesco	03/03/2021	30/11/2021	1.380	5,8411 a 5,8500	127
NDF	BTG Pactual	15/07/2020	06/10/2022	24.264	5,3694 a 5,7556	(7.108)
NDF	Citibank	03/03/2021	29/04/2022	7.080	5,8650 a 5,9703	616
NDF	Fcstone	21/10/2020	24/05/2022	5.770	5,4210 a 5,6895	(2.186)
SWAP	Fcstone	16/01/2020	30/09/2021	4.903	1614,33 a 1893,21	(8.699)
SWAP	Fcstone	30/03/2021	30/12/2021	2.551	2386,65 a 2469,95	(174)
NDF	Itaú	27/05/2020	11/02/2022	14.960	5,2440 a 5,6672	(4.354)
NDF	Rabobank	27/02/2020	24/09/2021	2.200	4,5829 a 4,5900	(2.430)
NDF	Santander	21/02/2020	25/11/2021	24.420	4,4815 a 4,6010	(28.042)
NDF	XP Inv.	24/03/2021	28/01/2022	2.946	5,6810 a 5,6810	(186)
SWAP	ABC Brasil	28/12/2018	06/12/2021	16.717	8,37	1.152
SWAP	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	100.000	CDI + 1,50%	(2.022)
SWAP	Bradesco	26/03/2021	12/03/2027	358.425	CDI + 1,70%	(5.568)
SWAP	Citibank	27/09/2017	27/09/2022	31.550	CDI + 2,50%	24.723
						(33.530)

Durante o encerramento da Safra 2020/2021 foi identificado um descasamento contábil, ocasionado pela variação cambial, tendo como principais motivos, os cenários fiscais, econômicos e políticos, como também os impactos da crise sanitária mundial por Covid-19, impactando diretamente o Brasil e economias mundiais. Conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o Grupo pode no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ao fazê-lo, isso resultar em informações mais pertinentes, porque; elimina ou reduz, significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes denominada como “descasamento contábil”) que ocorreria em virtude de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Em função do exposto supra a Administração do Grupo entende a necessidade do registro dos instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de açúcar negociados na bolsa de Nova Iorque, aos quais estão atreladas aos contratos de termo cambial, com intuito de minimizar os efeitos temporais gerados pela flutuação cambial.

Abaixo elencamos os instrumentos financeiros derivativos aos quais o Grupo está exposta atualmente:

Volume contratado (toneladas)	Data de vencimento	Preço (cents p/lb)	Valor de referência - Nocional (USD)	Ganho (Fair value)
2.700	abr/21	11,42	826	(1.187)
20.000	jun/21	13,47	6.007	(3.375)
28.179	jul/21	13,80	8.827	(3.494)
20.000	ago/21	13,95	6.225	(2.128)
10.000	set/21	13,71	3.054	(1.373)
16.153	out/21	14,60	5.349	(373)
97.033			30.289	(11.930)

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	Consolidado	
	2021	2020
SWAP	9.412	31.587
NDF	(42.943)	(73.127)
Futuros Sugar #11	(11.930)	95.947
	(45.460)	54.407
Ativo circulante	1.901	66.892
Ativo não circulante	25.338	60.965
Passivo circulante	(55.815)	(52.262)
Passivo não circulante	(16.884)	(21.188)
	(50.566)	(16.663)
	Consolidado	2020
	2021	2020
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(53.527)	(7.168)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(99.867)	28.227
	(153.394)	21.059
(-) IR e CS Diferidos	52.154	(7.160)
Efeito líquido no resultado do Grupo	(101.240)	13.899

Risco operacional – não auditado

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

27 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2020	Reconhecidos no Resultado	Consolidado
			2021
Provisão para contingências	3.665	6.663	10.328
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5.454	(1.073)	4.381
Variação do valor justo do ativo biológico	31.520	(53.660)	(22.140)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	1.262	12.909	14.171
Variação de derivativos não realizada	(18.487)	33.944	15.457
Variação cambial não realizada	10.252	(1.502)	8.750
Diferença de taxa	(105.847)	(16.177)	(122.024)
Custo atribuído	(128.628)	32.971	(95.657)
Custo Aquisição CRA		(3.927)	(3.927)
Outras diferenças temporárias	2.567	3.077	5.644
Imposto diferido líquido	(198.242)	13.225	(185.017)

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Saldo inicial	Reconhecidos no Resultado	Consolidado
			2020
Provisão para contingências	3.665	-	3.665
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5.454	-	5.454
Variação do valor justo do ativo biológico	-	31.520	31.520
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	-	1.262	1.262
Variação de derivativos não realizada	(5.849)	(12.638)	(18.487)
Variação cambial não realizada	5.044	5.208	10.252
Diferença de taxa	(20.830)	(1.288)	(22.118)
Custo atribuído	(213.797)	1.440	(212.357)
Outras diferenças temporárias	-	2.567	2.567
Imposto diferido líquido	(226.313)	28.071	(198.242)

b. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	617.159	26.063
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	209.834	8.861
Adições e exclusões permanentes:		
Reflexo da tributação da Companhia Agrícola Colombo (i)	-	5.211
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	(1.219)	(1.363)
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS (nota 30)	(3.709)	-
Diferença de alíquota referente a controlada tributada a lucro presumido	(6.595)	-
Outras adições e exclusões permanentes	<u>(7.456)</u>	<u>(550)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>190.855</u>	<u>12.159</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	(13.225)	(28.071)
Imposto de renda e contribuição social corrente	204.080	40.230
Alíquota fiscal efetiva	32%	47%

- (i) Tal reflexo ocorre por conta da diferença temporal entre a data do Laudo que serviu de base para a o aporte de capital na Controladora e a data efetiva em que o aporte ocorreu. Para efeitos fiscais, a movimentação desse período já é de propriedade da controladora e deve ser desconsiderado na apuração do IR e CSLL reflexo.

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda	22.055	22.074
contribuição social	<u>7.051</u>	<u>6.824</u>
	<u>29.106</u>	<u>28.898</u>

28 Receita operacional líquida

A receita operacional do Grupo é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Açúcar	1.265.665	209.017
Etanol	1.001.445	267.209
Energia elétrica	57.462	241
Outras vendas	20.606	606
	<u>2.345.178</u>	<u>477.073</u>
(-) Impostos s/vendas	(317.462)	(79.843)
(-) Devoluções a abatimentos	(31.689)	(21.266)
Total da receita	<u>1.996.027</u>	<u>375.964</u>

29 Despesas por natureza

	Consolidado	
	2021	2020
Matéria prima	230.566	68.860
Despesas com pessoal	139.359	80.191
Despesas com manutenção	164.833	47.073
Fretes, transportes e armazenagem	89.139	14.311
Depreciação	30.766	21.985
Amortização do direito de uso	195.795	-
Amortização do ativo biológico	313.809	-
Outras despesas	37.333	44.852
Serviços prestados - pessoa jurídica	75.053	28.109
Taxas e contribuições	5.731	2.808
	<u>1.282.384</u>	<u>308.189</u>
Reconciliação com as despesas operacionais		
classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(1.110.168)	(266.836)
Despesas com vendas	(104.786)	(20.414)
Despesas administrativas e gerais	(67.430)	(20.939)
	<u>(1.282.384)</u>	<u>(308.189)</u>

30 Outras receitas líquidas

	Consolidado	
	2021	2020
Crédito PIS/COFINS (i)	14.787	19.017
Recuperações diversas	3.524	943
Venda de sucatas	3.470	1.130
Venda de imobilizado	1.942	25
Venda de CBIOS (ii)	13.475	-
Reversão de contingências (nota 23)	9.858	-
Outras diversas	(4.138)	730
Outras receitas	42.918	21.845
Provisão para contingências (nota 23)	(26.371)	(3.084)
Indenizações diversas	(6.624)	(3.475)
Outras diversas	(5.036)	(681)
Outras despesas	(38.031)	(7.240)
Outras receitas líquidas	4.887	14.605

(i) Crédito Pis/Cofins

Créditos extemporâneos apurados conforme acórdão do Processo 0000992-73.2008.4.03.6106 para exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins. A Sentença e o Acórdão Judicial foram concedidos o Grupo em 18 de outubro de 2018. Houve o reconhecimento do valor principal, até então conhecido em 31 de março de 2019 no valor de R\$ 45.745. No exercício findo em 31 de março de 2021, após efetiva homologação da utilização pelo fisco, foi reconhecido a correção dos juros. O Grupo apurou os referidos créditos com base no ICMS destacado em nota fiscal e em função disso não há expectativa de variações nos valores apurados, em função das recentes decisões do STF sobre o tema.

(ii) CBIOS

Venda de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa.

31 Financeiras líquidas

	Consolidado	
	2021	2020
Juros (i)	4.059	41.785
Variações cambiais ativas	12.710	-
Rendimento aplicações financeiras	9.214	2.903
Operações com derivativos	111.668	119.860
Outras	5.752	73
	<hr/> 143.403	<hr/> 164.621
Despesas financeiras		
Juros	(74.201)	(46.377)
Passivo de arrendamento	(40.430)	-
Variações cambiais passivas	(20.354)	(7.695)
Operações com derivativos	(264.953)	(72.502)
Outros	(6.307)	(1.659)
	<hr/> (406.245)	<hr/> (128.233)
Resultado financeiro líquido	<hr/> <hr/> (262.842)	<hr/> <hr/> (77.709)

- (i) A redução ocorrida nos juros ativos em relação a 31 de março de 2020, deu-se devido a incorporação da Cia Agrícola Colombo, visto que até a safra anterior existiam operações entre as companhias onde havia incidência de juros, no caso, as operações de CPR que serviam de lastro para as CDCAs que a Colombo Agroindústriamantinha com bancos.

32 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração do Grupo é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O Grupo não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

b. Operações com pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações de compra de cana com partes relacionadas e acionistas, e foram realizadas em condições definidas entre as partes.

Dividendos a receber	2021		2020	
Colombo Agroindústria S.A.	94.532		50.517	
João Colombo Agrícola S.A.	4.725		203	
CGC – Administradora e corretora de seguros LTDA.	506		-	
	<hr/>		<hr/>	
	99.763		50.720	
	<hr/>		<hr/>	
Adiantamento a fornecedores	2021		2020	
José Osmar Colombo	50		350	
	<hr/>		<hr/>	
	50		350	
	<hr/>		<hr/>	
Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antonia Denardi Colombo - Industria Part	14.715	480	14.715	480
Daisy Ercolin Colombo - Participacoes	14.715	480	14.715	480
Gilberto Colombo - Industria Participaco	14.715	480	14.715	480
Gumerindo Colombo - Industria Participa	14.715	480	14.715	480
Helio Colombo - Industria Participacoes	14.715	480	14.715	480
JLBJ Industrial Participacoes Ltda	12.865	420	12.865	420
MMC Catanduva Participacoes Ltda	12.984	423	12.984	423
Demais acionistas não-controladores	-	-	1.490	969
	<hr/>		<hr/>	
	99.424	3.243	101.253	4.212
	<hr/>		<hr/>	

33 Compromissos

O Grupo possui compromissos de parceria agrícola com a João Colombo Agrícola S.A. para a produção de cana-de-açúcar, onde o fruto gerado é dividido pelas duas companhias e a Colombo Agroindústria S.A. se compromete a adquirir a parte do parceiro nos frutos. A cana-de-açúcar a ser adquirida é paga a com base na quantidade de cana-de-açúcar colhida nas áreas da parceira, e multiplicada pelo percentual cabido a ela conforme contrato de parceria vigente. A quantia a ser paga pelo Grupo segue a premissa de só haver pagamento quando efetivamente haver a entrega de cana das áreas da parceira. O volume comprometido pelo Grupo é de aproximadamente 9.400.000 toneladas de cana por safra, sendo 7.150.000 de acionistas e própria e 2.250.000 de parceiros.

O Grupo possui compromissos de venda de etanol com a Petrobras Distribuidora S/A e Ipiranga Produtos de Petróleo S/A., com volume de entrega de 20.000 m³ por mês até maio de 2021. O preço a ser praticado é baseado na cotação da ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

O Grupo possui compromissos de venda de 264.000 toneladas de açúcar VHP/Cristal fixadas a um preço médio de R\$ 1.380/ton.

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Renato Cesar Colombo
Anderson Roberto Travagini

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo
Flavio Eduardo Colombo
Marcio Benedito Colombo
Carlos Augusto Colombo
Carlos Roberto Colombo
José Luiz Colombo
Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826